



Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
11ª Câmara – Seção Criminal

Registro: 2025.0000332724

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0020980-75.2024.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado YAGO LUAN DUARTE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente), ALEXANDRE ALMEIDA E RENATO GENZANI FILHO.

São Paulo, 3 de abril de 2025.

XAVIER DE SOUZA

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 65957

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 0020980-75.2024.8.26.0050

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO

AGRAVADO: YAGO LUAN DUARTE

COMARCA: SÃO PAULO

EXECUÇÃO Nº 0005000-10.2017.8.26.0026

JUÍZO DE ORIGEM: 4ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS

DECISÃO: JUIZ ROGERIO ALCAZAR

ÓRGÃO JULGADOR: 11ª CÂMARA CRIMINAL – MH

EMENTA: Direito Penal. Agravo em Execução. Extinção de Punibilidade. Descumprimento de Condições do Regime Aberto. Não Provimento.

I. Caso em Exame

1. Agravo em execução interposto pelo Ministério Público contra decisão que julgou extinta a punibilidade de condenado, pelo integral cumprimento da pena e concessão de indulto da pena de multa, com base no Decreto nº 11.846/2023.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em determinar se a ausência de comparecimento trimestral em Juízo pelo sentenciado, após a retomada das atividades presenciais, impede a extinção da punibilidade.

III. Razões de Decidir

3. O Ministério Público não cumpriu adequadamente sua função de fiscalizar a execução da pena, manifestando-se sobre o descumprimento das condições do regime aberto apenas após o término previsto da pena.

4. O sentenciado não pode ser penalizado pela inércia do Ministério Público em fiscalizar o cumprimento das condições do regime aberto.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso não provido, mantendo-se a decisão que julgou extinta a punibilidade do sentenciado.

Tese de julgamento: 1. A inércia do Ministério Público em fiscalizar o cumprimento das condições do regime aberto não pode prejudicar o sentenciado. 2. Extinção da

punibilidade mantida.

Legislação Citada:

Decreto nº 11.846/2023.

Cuida-se de agravo em execução interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO contra a decisão reproduzida à fl. 172, datada de 26.09.2024, da 4ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, que, nos autos da Execução Penal nº 0005000-10.2017.8.26.0026, julgou extinta a punibilidade do sentenciado YAGO LUAN DUARTE, pelo integral cumprimento da pena privativa de liberdade e ainda pela concessão de indulto da pena de multa, com apoio no Decreto nº 11.846/2023.

Sustenta, em resumo, o representante ministerial recorrente (fls. 1/6), que o agravado deixou de observar uma das condições do regime aberto, pois deixou de comparecer trimestralmente em Juízo mesmo após a retomada das atividades presenciais em 2022, que estavam suspensas por conta da pandemia, abandonando, assim, o cumprimento de sua pena, motivo pelo qual não pode ser considerada pena cumprida. Postula, por isso, a reforma do decisório a fim de que o período no qual o apenado não cumpriu as obrigações do regime aberto seja considerado como interrupção de pena.

Regularmente processado o

recurso, a decisão atacada foi mantida (fl. 184) e, neste Tribunal, a Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se pelo provimento (fls. 197/199).

É o relatório.

Yago foi condenado a cumprir, pela prática dos crimes de roubo majorado e corrupção de menores, a pena de sete anos e cinco meses de reclusão em regime prisional inicial fechado. Iniciou o cumprimento da reprimenda em 22.01.2016 e foi promovido à modalidade carcerária mais branda na data de 14.05.2018, tendo sido regularmente cientificado das regras inerentes ao novo regime (fls. 99/100). O término do cumprimento da sanção estava previsto para o dia 21.06.2023.

Pois bem.

O decisório combatido está correto e não comporta reparos.

Se de um lado o recorrido não compareceu ao setor de fiscalização, de outro o Ministério Público deixou de cumprir sua função de fiscal de execução da reprimenda, tendo se manifestado a respeito da inobservância das regras do regime aberto apenas após decorrido o prazo previsto para o término do cumprimento da pena.

E o sentenciado não pode ser penalizado pela inércia do Ministério Público em fiscalizar o



Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
11ª Câmara – Seção Criminal

correto cumprimento da sanção.

Neste panorama, o inconformismo ministerial não merece guarida.

Diante do exposto, **nega-se provimento ao recurso.**

XAVIER DE SOUZA

Relator